

A teoria crítica diante das transformações do capitalismo

GT 31 – Teoria Social Contemporânea

Debate ou discussão em teoria social

Vladimir Puzone¹

Resumo:

O que significa fazer teoria crítica em face das transformações históricas vividas no século XX? Para adentrar nessa discussão, procuro recuperar alguns aspectos de duas obras seminais dessa corrente, *Dialética do Esclarecimento* e *O Homem Unidimensional*. Sabe-se que ambos os textos assumem uma ponto de vista marxista heterodoxo, o que significa dizer que eles foram para além de uma simples crítica da economia política. A teoria crítica teve de e deve ir além dessa abordagem precisamente porque a reprodução das relações sociais sob o capitalismo é elevada a um grau antes inimaginável. Para entender as novas formas de dominação não seria possível simplesmente depender de análises econômicas e políticas, mas compreender os novos mecanismos por meio dos quais o fenômeno se apresentou.

Palavras-chave: teoria crítica, capitalismo, estabilização.

Falar de estabilização do capitalismo numa época marcada por crises pode parecer absurdo. Afinal, por que deveríamos nos preocupar com os mecanismos sociais que garantem a continuidade da reprodução do capital quando é essa mesma que parece estar sendo ameaçada. De fato, os períodos nos quais a sociedade burguesa viveu um momento de prosperidade, em que a acumulação do capital funcionava a todo vapor e que boa parte da população tinha um nível de vida razoável, poderiam ser contados nos dedos. Qual o sentido, então, de mostrar os problemas da estabilização em momentos nos quais o colapso do capitalismo e a barbárie foram (e são) os princípios históricos fundamentais?

Essas indagações serviram como fio condutor de meu trabalho no doutorado. Procuro por meio de textos que julgo centrais para o entendimento da história do século XX discutir essa série de questões. Como é bastante ressaltado, tanto *Dialética do Esclarecimento*, publicado por Max Horkheimer e Theodor Adorno em 1947, quanto *O Homem Unidimensional*, escrito e finalizado Herbert Marcuse em 1964, foram livros escritos à luz de uma crítica implacável do existente. Embora concebidos sob circunstâncias bastante diversas, ambos tomaram como ponto de partida uma questão comum: como é possível que a sociedade capitalista, marcada pela exploração e pela dominação dos indivíduos, pode se sustentar e continuar a existir a despeito de suas graves contradições e limites? A partir desse questionamento, os autores tinham em mente investigar as razões e os mecanismos dessa capacidade reprodutiva. Diante desse quadro esboçado, minhas pretensões se limitam a mostrar alguns desses aspectos, ressaltando sua atualidade.

É possível dizer, pois, que ambas as obras constituem etapas diferentes da discussão de um mesmo problema. Ou seja, cada um dos textos representaria um ponto de inflexão das discussões acerca da estabilização do capitalismo, retomando pontos anteriores da discussão, ao mesmo tempo em que novos problemas foram colocados pelo curso da história e das transformações sofridas pelo capitalismo. Assim, a *Dialética do Esclarecimento* teria repostos os problemas lançados por Georg Lukács na década de 1920, problemas esses vistos agora por meio das mudanças ocorridas no capitalismo central, especialmente tendo em vista as novas “imbricações” entre economia e política, sem esquecer, é claro, de fenômenos como o nazismo e o fracasso das revoluções socialistas. Por sua vez, a obra de Marcuse

tomaria como ponto de partida as discussões lançadas por Adorno e Horkheimer sobre o caráter da dominação no capitalismo e seu amálgama com a razão e a ciência para tentar compreender o momento particular vivido nos países de capitalismo avançado no período pós-guerra, sem descurar das questões levantadas por *História e Consciência de Classe*. É preciso, no entanto, evitar a todo custo uma visão teleológica da matéria, de maneira que cada livro representaria uma superação dos anteriores.

A tarefa torna-se mais fácil quando se tem em vista que a teoria crítica forma, ao contrário de muitas opiniões, um *corpus* conjunto. Isso significa que seus diferentes autores compartilham não apenas questões comuns, mas as próprias análises desses problemas são bastante semelhantes em diversos momentos – o que de modo algum implica a diluição de cada um de seus teóricos sob um manto comum. Uma amostra disso pode ser observada nos temas trabalhados por Marcuse em *O Homem Unidimensional*: “apropriação” da ciência pelo processo de produção capitalista, caracterização da filosofia contemporânea como positivista, progresso como dominação da natureza e dos homens. É possível mostrar como as questões enumeradas acima já tinham sido discutidas, ainda que a sua maneira, nos ensaios escritos por Horkheimer e Adorno.

Quando se fala na reposição dos argumentos de um livro em relação ao outro, o que se deve ter em mente é que esse é um problema gerado pela própria questão – ou diríamos, antes, pelo próprio objeto. Foram os problemas da estabilização do capitalismo que impuseram esse tipo de abordagem. Desse modo, para retomar um tema bastante caro ao marxismo, a questão da estabilização do capitalismo mostra em que medida as contradições sociais se movimentaram, isto é, como o sistema do capital procurou resolvê-las por meio de certas instituições sociais - sem esquecer, é claro, dos conflitos entre classes e outros grupos sociais. A partir disso, pode-se então afirmar que uma das maneiras encontradas pelo capital para tentar superar suas barreiras reside nas novas modalidades com que o problema da socialização se apresentou. Em todos os autores aqui estudados essa ordem de questões aparece com um elemento central de suas análises.

Em si mesmo, o problema da socialização frente às mudanças do capitalismo não constitui novidade, até mesmo dentro da trajetória da teoria crítica. Exemplo básico do tratamento da questão é constituído pelo trabalho “Autoridade e família”, sobretudo na introdução geral à pesquisa escrita por Horkheimer. O autor reconhece – ainda que de forma bastante problemática, como atestam vários comentários a respeito da obra – que a socialização dos indivíduos teria se transformado com a crescente monopolização do capital. Com o fim da economia liberal e a crescente concentração das empresas, a figura do livre empreendedor perderia aos poucos sua importância para dar lugar aos monopólios e oligopólios, sem falar das “camarilhas” e cliques. Diante desse quadro, a figura de um pai provedor dentro da família burguesa entraria em xeque, o que levaria a uma resignificação da socialização dos indivíduos no capitalismo. Esta não teria mais a família como centro, mas sim instituições e estruturas controladas por fora dela, de caráter mais impessoal e anônimo. Ainda que tal concepção seja alvo de críticas justificadas, especialmente quanto ao fim da figura paterna, ela se mostraria central tanto para Horkheimer quanto para Adorno. De acordo com a teoria dos autores expressa nos capítulos sobre a indústria cultural e o antissemitismo, a impessoalidade e o caráter totalizador das relações e instituições sociais no capitalismo pós-liberal se configurariam enquanto marcas indeléveis da relação entre os indivíduos, as classes e o conjunto da sociedade.

Marcuse retoma a questão em termos bastante próximos ao discutir o estatuto da psicanálise. Partindo igualmente das discussões de “Autoridade e Família”, o autor descreve uma série de transformações históricas que deram novos contornos à socialização dos indivíduos, que passa da esfera privada para instâncias cada vez mais controladas pelo conjunto da sociedade e por meio de instituições como os meios de comunicação em massa e a escola. Entre as características mais centrais destacadas por ele estão a passagem da livre concorrência à concorrência organizada, concentração do poder nas mãos de uma administração técnica, cultural e política onipresente, produção e consumo de massa que se

expandem automaticamente, sujeição de dimensões outrora privadas e antissociais de existência ao adestramento, manipulação e controle metódicos.

Em vista aqui está uma mudança radical na relação entre indivíduo e sociedade. O teórico afirma enfaticamente que o indivíduo não poderia mais ser tomado tal qual fizera a psicanálise ou até mesmo a sociologia clássica, afinal, ele teria se tornado um átomo social. O declínio do papel paternal sob a formação do eu seria acompanhado também pela decadência da empresa familiar e privada, isto é, os processos de concentração e centralização industrial e de anonimidade das empresas, assim como o crescimento das organizações profissionais, fizeram com que o indivíduo jovem não precisasse aprender e interiorizar os comportamentos sociais necessários com a família. O mais importante nesse processo é que o indivíduo perde cada vez mais a capacidade de possuir um eu autônomo. Ao mesmo tempo e estreitamente ligado a isso, surge o fenômeno das massas, nas quais a mediação entre o eu e o outro é feita de forma imediata. Dessa forma, o indivíduo perde a capacidade de perceber as várias dimensões da realidade que formam sua personalidade e passa a se identificar sem mais com seus semelhantes e com os princípios que regem o funcionamento da sociedade – esse é, aliás, um dos sentidos da expressão “unidimensional”.

A massa constitui-se, assim, como o lugar privilegiado para se observar esses processos ao lado das mudanças do capitalismo, especialmente porque na relação entre seus membros e os líderes configura-se a especificidade do princípio de realidade numa sociedade capitalista transformada. Nesse sentido, o termo totalitário deve ganhar nova conotação, pois ele não expressa apenas as relações sociais em estados autoritários, mas também nas democracias. “Totalitário”, portanto, não diz respeito apenas à supressão terrorista das formas de oposição política e social, mas também a supressão de qualquer forma de oposição ao estado de coisas nas democracias de massa. Note-se que a relação entre massa e líder, marcada pela regressão do eu a estágios primitivos de sua formação, não apenas perpassa os estados totalitários “puros”, mas são fundamento também das relações de domínio da sociedade capitalista avançada como um todo. Com isso, torna-se patente para Marcuse que os indivíduos, ao terem seu eu atrofiado, perdem sua capacidade crítica, já que aceitam com mais facilidade as soluções e imposições vindas da realidade externa. Tendo em vista a crescente burocratização das instituições sociais, não restam dúvidas a Marcuse que a autonomia pessoal se enfraquece em detrimento do funcionamento do aparato produtivo. Com isso, podemos ver que Marcuse associa a administração das necessidades ao controle e à manipulação do tempo livre, isto é, do tempo além da jornada de trabalho.

Como se sabe, em vez de ser determinado pelas necessidades individuais, o tempo livre torna-se vinculado às necessidades da produção social, muito embora ele apareça como um período no qual o indivíduo possa se libertar, ainda que momentaneamente, das aflições e sofrimentos impostos pelo trabalho. A paulatina indissociabilidade do tempo livre em relação ao tempo de trabalho, aliada ao enfraquecimento do eu enquanto instância autônoma da personalidade individual, ajuda a reforçar nos indivíduos, ou ainda, faz com que eles aceitem de maneira mais suavizada as necessidades do todo social, embora elas sejam marcadas pela agressividade e pela destruição. Por um longo período da história do capitalismo, foi necessário que a força de trabalho fosse submetida a regularidades e sistematizações para que a produção de mercadorias pudesse ocorrer de maneira a maximizar sua produtividade. Apenas por meio de uma ética do trabalho seria possível fazer com que os trabalhadores se submetessem à lógica da produção de mais-valia, de tal forma que seus corpos e mentes se adaptassem a um ritmo de trabalho cada vez mais intenso e extenuante. A incorporação do trabalho como atividade central dos indivíduos ocorreu de maneira paralela à introdução gradual da mecanização e da organização fabril, resultando no surgimento da grande indústria. Esta seria uma descrição adequada para o capitalismo clássico, em que a jornada de trabalho ocuparia a maior parte do tempo de vida das pessoas. No entanto, com o progresso dos meios técnicos de produção no século XX, reduzindo o tempo socialmente necessário à produção de mercadorias, o tempo livre dos indivíduos poderia *potencialmente* aumentar,

de maneira que eles pudessem redirecionar suas atividades em direção à satisfação de suas necessidades.

Já sabemos, porém, que as sociedades avançadas do capitalismo tardio têm de negar essa possibilidade a cada momento. Do contrário, estariam abertas as portas para uma nova configuração da vida social, em que o trabalho alienado não mais fosse seu centro de gravidade. Foi diante desse quadro que Marcuse pode afirmar que a “ascese intramundana” entraria em contradição flagrante com as determinações do capitalismo contemporâneo, resultando num entrave ao desenvolvimento das forças produtivas e à transformação social. Dito de outra maneira, haveria para Marcuse uma negação indeterminada, isto é, uma contradição que não apontaria para sua resolução. Embora os meios técnicos para uma sociedade emancipada estivessem disponíveis, eles seriam utilizados para reforçar a dominação e a exploração.

Esse conjunto de questões não passaria despercebido pelos membros do antigo Instituto para Pesquisa Social, já que todos eles procuraram entender se de fato estavam vivendo num novo período histórico, ainda que totalmente contrário às expectativas de uma revolução geral da sociedade. Assim como a palavra “crise” remonta ao ponto em que uma doença levaria o doente à cura ou à morte, também a teoria crítica vê nas crises capitalistas uma situação relativamente aberta, que possibilitaria ao mesmo tempo transformações emancipatórias e a regeneração da reprodução capitalista.

Com as maciças transformações em curso na economia e na política na década de 1930, estabelece-se nas discussões uma periodização do capitalismo diversa em relação a clássicos do marxismo como Lenin e Rosa Luxemburg. Conquanto ambos acreditassem que as mudanças efetivadas pelo capitalismo monopolista e pelo imperialismo levassem o sistema para sua última fase, a questão ganha contornos diferentes quando são considerados os debates iniciados logo após 1929. A visão de uma fase superior do capitalismo é substituída, ou melhor, é anteposta a uma nova fase, que ganharia seus contornos mais nítidos apenas no decorrer das décadas de 1930 e 40. Em vez de um capitalismo monopolista, estágio superior e até mesmo final do modo de produção burguês, viria à tona um período marcado pela crescente imbricação entre o andamento da economia e os dispositivos estatais e políticos de controle. Certamente, a concepção de que o período vivido pelo capitalismo era marcado pelos monopólios e pelas grandes concentrações ainda subsistia, e subsistiria por longo tempo. O que importa aqui é verificar como o novo diagnóstico conseguiu ou não captar elementos fundamentais das mudanças ocorridas, e como eles foram decisivos para o prosseguimento da teoria marxista. Dessa forma, será possível entrever os motivos, muitas vezes implícitos, que aparecem no texto escrito por Adorno e Horkheimer.

No fundo, o interesse maior suscitado pela discussão da nova fase do capitalismo se refere ao novo modelo de dominação que o nazismo impunha, ou seja, não seria mais possível pensar as relações sociais capitalistas simplesmente sob o pano de fundo do “contrato” entre capitalista e trabalhador. Novas mediações eram necessárias para compreender adequadamente os novos tempos. O que se tem em vista, então, é a discussão a respeito da fertilidade teórica das discussões na *Dialética do Esclarecimento* para os acontecimentos históricos posteriores à publicação do livro. Em uma carta de Adorno a Horkheimer, datada em 2 de julho de 1941, aquele se pergunta a respeito das possibilidades objetivas do capitalismo de Estado, isto é, se havia de fato uma tendência a evitar a crise por meio da direção centralizada da economia, tal como Friedrich Pollock postulava, ou se o conceito que expressava as transformações das relações entre Estado e economia não estaria cego aos futuros desenvolvimentos. Mais do que as alterações em si, era crucial para Horkheimer, e Adorno concordava com o “pessimismo” de seu colega, saber quais seriam as chances da perpetuação da dominação em sua forma política imediata.

Um novo tipo de esforço teórico deveria ser empreendido para que se pudesse dar conta de um fenômeno social que não conseguia ser explicado suficientemente com os meios anteriores da análise, a saber, a crítica da economia política e a crítica à ideologia. Um dos motivos centrais para essa mudança

na perspectiva da teoria crítica da época é bastante conhecido e enfatizado pelos comentadores: a desesperança quanto às possibilidades de uma revolução socialista e a consequente integração das classes trabalhadoras ao sistema social. Os acontecimentos históricos daquele momento não permitiam que a teoria da ideologia, pelo menos em suas formulações tradicionais, desse conta das profundas transformações que estavam ocorrendo. A fórmula de uma falsa consciência, que expressava a discrepância entre o que os agentes sociais pensavam e faziam, não podia mais ser aplicada, pois os discursos de Hitler mostraram que não se tratava mais da universalização de um discurso de classe, tamanha sua irracionalidade.

Um dos centros do capítulo sobre a indústria cultural configura-se justamente a partir da questão da ideologia e, mais especificamente, da maneira como as transformações na esfera estética servem de alavanca para as novas determinações dos problemas em torno da falsa consciência. Adorno e Horkheimer abrem o capítulo abordando a homogeneização que a cultura contemporânea impõe à sociedade. Até mesmo as tendências estéticas opostas à cultura hegemônica acabaram por se enredar em suas categorias, o que reforça o diagnóstico da extensão da lógica da abstração e, portanto, da reificação, já que se pensava anteriormente a arte como um reduto a escapar desse fenômeno, a “promessa de felicidade” da qual falam os autores. O capítulo ressalta como um todo a ligação intrínseca entre a indústria cultural e a ideologia do capitalismo tardio, vínculo que permite ao existente afirmar-se de forma enfática e sistemática. Em especial, os autores sugeriram que a ideologia ganhou contornos que lhe deram transparência, isto é, ela não precisaria mais ser interpretada por especialistas.

“A indústria cultural tem a tendência de se transformar num conjunto de proposições protocolares e, por isso mesmo, no profeta irrefutável da ordem existente. [...] Para demonstrar a divindade do real, a indústria cultural limita-se a repeti-lo cinicamente. [...] *A nova ideologia tem por objeto o mundo enquanto tal*” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 138).

Em vez de tornar os indivíduos capazes de autonomia e independência, a cultura do capitalismo avançado faz com que sua submissão ao poder absoluto do capital seja ainda maior. Esse poder, personificado nos dirigentes, não necessita ser encoberto, pois fica mais fortalecido

“quanto mais brutalmente ele se confessa de público. O cinema e o rádio não precisam mais se apresentar como arte. A verdade de que não passam de um negócio, eles [os dirigentes – VP] a utilizam como uma ideologia destinada a legitimar o lixo que propositalmente produzem” (Ibid., p. 114).

Tal uniformização e aceitação passiva pelos “consumidores” são sinais da coesão do sistema, e têm de ser explicadas a partir da dominação dos mais fortes sobre os mais fracos e de sua racionalidade técnica.

“Cada qual é um modelo da gigantesca maquinaria econômica, que, desde o início, não dá folga a ninguém, tanto no trabalho quanto no descanso, que tanto se assemelha ao trabalho [...] Quem resiste, só pode sobreviver integrando-se” (Ibid., pp. 119 e 123).

Integração não deve ser entendida aqui como a pura e simples adaptação à sociedade capitalista, mas sim enquanto a reprodução de suas formas de sociabilidade, a despeito de outras formas. Isso significa, em primeiro lugar, que não se pode falar de uma integração sem limites e contradições, ou seja, que não possa ser revertida. Além disso, uma concepção mais precisa de integração pode mostrar com maior acuidade com que tipo de problemas a análise deve lidar. Sendo assim, não deixa de ser sintomático que o problema que passa não apenas os dois livros tratados aqui.

Talvez o conceito que expresse melhor as contradições da teoria crítica da época quanto ao estatuto das transformações do capitalismo, bem como o próprio caráter da sociedade nazista, seja o de *racket*. É possível entrever aqui a clara separação entre dois momentos históricos distintos. O primeiro,

marcado pela livre circulação de mercadorias, possibilitaria aos trabalhadores organizarem-se em instituições políticas e partidos próprios. Já o segundo, tendo como sinal indicador das mudanças ocorridas a crescente monopolização da economia, seria caracterizado pelo fechamento das mesmas instituições, paralelamente às restrições na circulação. Sendo assim, as possibilidades de um enfrentamento político entre burguesia e proletariado eram cada vez menores, na medida em que ambas as classes seriam dirigidas por cliques. Tal teoria pretendia dar conta das relações de classes no capitalismo marcado pelos desenvolvimentos recentes.

Embora a apreensão detalhada das transformações na economia capitalista por parte dos teóricos do Instituto para Pesquisa Social tenha sido um enorme desafio, seus autores compreenderam muito bem a essência dessas transformações e sobretudo seus efeitos sobre os indivíduos. Desta forma, mesmo que seu diagnóstico a respeito da passagem do liberalismo ao capitalismo monopolista ou de Estado possa sofrer severas críticas, ainda mais se pensarmos nas características únicas do período entreguerras e do nazismo, o reconhecimento das profundas implicações para a vida cotidiana, sem mencionar a vitalidade de sua teoria da ideologia, continua a dar frutos até hoje.

Algo semelhante se passa com a obra de Marcuse, não apenas em relação a sua fecundidade, mas também sobre a percepção de que uma nova etapa no capitalismo trazia consigo novas dificuldades para sua compreensão. Esse novo período sobre o qual o autor procurou refletir foi marcado pela expressão “Trinta anos gloriosos”. Após a segunda guerra, vários países da Europa e a sociedade americana viveram um período de abundância material e relativa pacificação dos conflitos sociais. Tais características chamaram a atenção dos mais diversos matizes intelectuais, na medida em que se vivia algo inédito na história do capitalismo. O impacto da barbárie e da destruição causadas pelo conflito mundial deixou uma impressão muito forte sobre boa parte das pessoas que sobreviveram ao conflito. Diante do cenário de devastação, o controle da pobreza passaria a ser um ponto fundamental das políticas de Estado e das relações entre as classes sociais. Pelo menos esse era o cenário e as intenções na Europa devastada pela guerra. Podemos dizer que a construção do que se costumou chamar de Estado de bem-estar social, e até mesmo do *american way of life*, teve três pilares fundamentais: processo acelerado de acumulação do capital, importância crucial das organizações operárias para o funcionamento do sistema e processo acelerado de automatização da vida social como um todo.

Embora Marcuse não tivesse se detido no movimento geral da acumulação capitalista, ele não deixou de assentar sua análise sobre esses fundamentos da “nova” sociedade capitalista e, sobretudo, analisar seus efeitos sobre os indivíduos. Porém, diferentemente do livro de Adorno e Horkheimer, Marcuse teve de lidar com uma lacuna bastante significativa, a ausência de uma discussão de peso a respeito dessa nova etapa do capitalismo por parte do marxismo. Ao contrário, a ortodoxia inspirada pela União Soviética mostrava-se incapaz de responder aos novos desafios impostos pelas mudanças nas sociedades de capitalismo avançado. Diante disso e do quadro histórico apresentado pelas sociedades capitalistas mais avançadas no período entre 1945 e 1974, não causa estranheza que os argumentos de Marcuse tenham sido recebidos como “pessimistas”. Afinal, nunca antes na história da humanidade o progresso técnico havia logrado a satisfação de inúmeras necessidades básicas e criado a sensação de bem-estar para camadas sociais que até então se caracterizavam pelo pauperismo e pela miséria. Tudo se passaria como se a sociedade tivesse enfim chegado a um patamar civilizacional a ser preservado, ainda mais depois da catástrofe das décadas anteriores. Em contraste com essa avaliação, Marcuse chamaria a atenção não só do público acadêmico, mas de mais leitores do que havia imaginado a teoria crítica.

Vale a pena destacar alguns dos muitos pontos nos quais Marcuse concentrou sua análise para mostrar como a dominação passou a se fazer por novos mecanismos. No segundo capítulo de *O homem unidimensional*, Marcuse abordou de maneira mais detalhada as características que diferenciariam as sociedades capitalistas avançadas de suas predecessoras. Para analisar esse conjunto de aspectos sociais, ele se valeu explicitamente do problema da estabilização, muito embora tenha manifestado dúvidas

se se trataria de um acontecimento temporário ou de uma transformação estrutural dos antagonismos sociais, de tal modo que eles pudessem ser tolerados por seus agentes.

Podemos dizer que ambos os movimentos se fizeram presentes. Por um lado, a estabilização das economias capitalistas no pós-guerra mostraria seus limites no final dos anos 1960, resultando nas duas crises do petróleo, na ruptura dos acordos de Bretton Woods, e no desmonte do Estado de bem-estar social a partir de políticas estatais conservadoras, que cortaram gastos governamentais e confrontaram as classes trabalhadoras de maneira até mesmo violenta. Por outro lado, não deixa de ser verdade afirmar que houve uma transformação estrutural dos conflitos sociais, na medida em que o confronto entre as classes não poderia mais passar ao largo de instituições de amplo espectro, como sindicatos e partidos, para não fazer referência ao Estado. Restaria saber, porém, se essas formas de mediação dos conflitos sociais tornaram a transformação social radical uma simples utopia, o que significa dizer, em última instância, que não seria mais possível esperar dessas formas senão a pura e simples adaptação à sociedade existente.

Dessa forma, Marcuse aprofunda alguns temas e conceitos introduzidos em seus textos anteriores, escritos entre as décadas de 1940 e 60. Para isso, ele faz uma breve descrição do estado de coisas nos principais países capitalistas, destacando as políticas de integração da oposição ao sistema social.

As principais tendências são familiares: concentração da economia nacional nas necessidades das grandes corporações, sendo o Governo uma força estimulante, sustentadora e por vezes até mesmo controladora; deslocamento dessa economia para um sistema mundial de alianças militares, acordos monetários, assistência técnica e planos desenvolvimentistas, assimilação gradativa das populações de operários e “colarinhos brancos”, de tipos de liderança nos negócios e no trabalho, de atividades das horas de lazer e aspirações em diferentes classes sociais; fomento de uma harmonia preestabelecida entre a erudição e o propósito nacional; invasão da vida privada pela intimidade da opinião pública; abertura da alcova aos meios de comunicação em massa (MARCUSE, 2007, p. 21, tradução minha).

Marcuse procura mostrar, antes de tudo, que na primeira metade do século XX ocorreu uma substancial modificação da tradicional relação entre as forças produtivas e as relações de produção, mas que seria visível em todas as suas consequências apenas no período pós-guerra. Evocamos aqui os termos consagrados da teoria marxista para ressaltar o significado daquilo que para Marcuse seria essencial no desenvolvimento recente da sociedade capitalista, a mudança tecnológica.

Tais transformações seriam fundamentais para a compreensão da estabilização característica do estado de bem estar-social. O que importa, em especial, para a análise aqui ensejada, é apontar como os temas trabalhados por Marcuse ao longo do livro publicado em 1964, e que dizem respeito sobretudo ao problema da estabilização, gravitam ao redor dessa tema mais amplo que se constitui das mudanças nas força produtivas e das relações de produção. No centro dos debates acerca dos conceitos empregados por Marcuse está a validade mesma de termos bastante consagrados no interior do marxismo, forças produtivas e relações de produção.

A expressão “contenção da transformação social” tornou-se bastante associada à imagem de Marcuse e do conjunto da teoria crítica. É muito comum afirmar que a teoria crítica teria abdicado de qualquer vínculo com as práticas políticas e com as classes trabalhadoras. A exceção, pelo menos quanto às ligações entre teoria e prática, seria representada por Marcuse. No entanto, em relação ao conjunto de problemas tratados neste trabalho, talvez seja mais pertinente se perguntar não pela ausência desses vínculos, que pode e deve ser problematizada, mas sim pela maneira como as análises de Marcuse a respeito da inserção das classes trabalhadoras no capitalismo tardio podem gerar frutos para a compreensão dos problemas da estabilização.

É bastante conhecido o fato de que os trabalhos do Instituto para Pesquisa Social nos anos 1930 tenham como ponto de partida a derrota das revoluções socialistas na Europa ocidental no início do século XX, sobretudo a revolução alemã. Sem sombra de dúvida, é possível afirmar que os ensaios da revista do Instituto tiveram por objetivo compreender as causas desse fracasso. Para isso, foram mobili-

zados diversos especialistas em diferentes áreas do conhecimento, para explicar por que os trabalhadores não conseguiram ter sucesso em sua empreitada política. No entanto, ao longo dos ensaios e artigos, é possível perceber que um dos fatores essenciais para a explicação não residia apenas na repressão violenta às organizações operárias. Marcuse retoma esses temas, dando-lhes um novo sentido diante das mudanças históricas.

Ao mesmo tempo em que a crescente organização do aparato produtivo teria resultado na absorção burocrática das organizações proletárias, esse processo também correspondeu à massificação das classes dominadas. O crescimento do número de trabalhadores, aliado à questão da despersonalização e da urbanização que acompanha o desenvolvimento do capitalismo, passou a ser tema da análise social desde meados do século XIX. Pode-se dizer até mesmo que este é um dos temas constituintes do nascimento da sociologia. No entanto, quando se tem em vista a evolução das análises a respeito do tema, percebe-se claramente seus tons conservadores, já que a ascensão dos trabalhadores e a diluição de seus membros em grupo “amorfo” constituiria um perigo à ordem social burguesa. Ainda que essas análises fossem tomadas como ponto de partida pelos teóricos de Frankfurt, seu conteúdo sofreria uma inflexão completamente diversa. De forma sucinta, é possível dizer que, embora a integração dos indivíduos na massa aparecesse como um fenômeno social desestabilizador, ela teria sido crucial para o seu contrário, a saber, para a efetivação da ordem na parte mais recôndita dos indivíduos.

Diante de tudo o que foi dito, o cenário construído pelas duas obras se revela bastante desalentador. Esse é, em geral, o tom atribuído aos autores, especialmente pela leitura que se fez deles a partir dos anos 1960. De fato, os textos da “primeira geração” da teoria crítica deixam a impressão de serem atravessados pelo pessimismo. No entanto, como podemos ser otimistas se as estruturas elementares do capitalismo continuam em vigor e em pleno funcionamento? Somente uma crítica radical da sociedade burguesa, que abandone as ilusões acerca da existência de possíveis elementos desta sociedade a ser salvos, pode nos ajudar a uma transformação radical. O primeiro passo para isso, penso eu, consiste em reconhecer as inúmeras dificuldades que se põem pelo caminho.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max, *Dialética do Esclarecimento* (1947). Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1985.

MARCUSE, Herbert. *One-Dimensional Man. Studies in the ideology of the advanced industrial society* (1964). Londres/Nova York, 2007.

¹ Doutorando pelo Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo.